

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



2021-2026

Junho, 2021

Presidente

Desembargador Paschoal Carmello Leandro

Vice-Presidente e Corregedor Regional da Justiça Eleitoral

Desembargador Julizar Barbosa Trindade

Juízes Efetivos

Dr. Alexandre Branco Pucci

Dr. Wagner Mansur Saad

Dra. Monique Marchioli Leite

Dr. Juliano Tannus

Dr. Daniel Castro Gomes da Costa

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves

Juiz Auxiliar da Presidência

Dr. Fernando Chemin Cury

CONSELHO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Presidente

Desembargador Paschoal Carmello Leandro

Vice-Presidente e Corregedor Regional da Justiça Eleitoral

Desembargador Julizar Barbosa Trindade

Juiz Ouvidor

Dr. Daniel Castro Gomes da Costa

Juiz Presidente do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau

Dr. Alexandre Branco Pucci

Diretor-Geral

Hardy Waldschmidt

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Diretoria-Geral

Hardy Waldschmidt

Secretaria Judiciária

Tatiana Quevedo de Souza Rodrigues

Secretaria de Administração e Finanças

Sérgio Roberto da Silva

Secretaria de Gestão de Pessoas

Marcos Antonio Granja Anelli

Secretaria de Tecnologia de Informação

Luciana Jucineire Vieira de Aguiar

Coordenadoria Jurídico-Administrativa da Corregedoria Regional Eleitoral

Letânia Ferraz de Brito Coutinho

Coordenadoria de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão

Marcelo de Freitas Machado

CORPO DE GESTORES

Diretoria-Geral

Hardy Waldschmidt

Secretaria Judiciária

Tatiana Quevedo de Souza Rodrigues

Secretaria de Administração e Finanças

Sérgio Roberto da Silva

Secretaria de Gestão de Pessoas

Marcos Antonio Granja Anelli

Secretaria de Tecnologia de Informação

Luciana Jucineire Vieira de Aguiar

UNIDADES TÉCNICAS

Coordenadoria de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão

Marcelo de Freitas Machado

Cristiane de Farias Paukouski da Silva

Edismar Martins da Silva Lima

Núcleo de Estatística

Ladislau de Oliveira dos Santos

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

Rúbia Regina Baccin Corso

Assessoria de Comunicação

André Chiochetta Licks

“Boa sorte é o que acontece
quando a oportunidade
encontra o **PLANEJAMENTO**.

- Thomas Edison



SUMÁRIO

SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
GESTÃO PARTICIPATIVA	8
ANÁLISE DE AMBIENTE	9
DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS	11
MACRODESAFIOS NACIONAIS	12
MACRODESAFIO ESPECÍFICO	13
MACRODESAFIOS E INDICADORES	12
INDICADORES E METAS	14
CADEIA DE VALOR	22

SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em continuidade ao processo de administração estratégica adotado por este Regional a partir de 2010, a Coordenadoria de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão organizou os trabalhos para que o produto final fosse a revisão da estratégia institucional com a formatação do novo Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, para o período de 2021-2026.

O processo de elaboração da revisão teve início a partir da aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça dos novos parâmetros para a Estratégia Nacional do Poder Judiciário no sexênio 2021-2026. Foram estabelecidos novos macrodesafios e indicadores estratégicos, devidamente normatizados pela Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020.

Os novos macrodesafios do Poder Judiciário Nacional foram definidos com a participação dos órgãos do Judiciário, que se organizaram por meio de uma rede colaborativa de governança coordenada pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de definir as diretrizes nacionais da atuação institucional dos órgãos do Poder Judiciário para o próximo sexênio.

Internamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul buscou analisar os macrodesafios e os indicadores propostos no plano nacional e aplicar o maior alinhamento possível à estratégia nacional. O que só foi possível a partir do trabalho colaborativo entre as diversas unidades administrativas.

Como resultado do trabalho, além de incorporar quase todos os macrodesafios propostos para a Justiça Eleitoral no plano nacional, ainda conseguimos equalizar a grande maioria dos indicadores estratégicos constantes do plano nacional.

Por fim é importante destacar que, para o ciclo 2021-2026, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul continuará adotando o Balanced Scorecard (BSC) como metodologia para gerenciamento da estratégia.

GESTÃO PARTICIPATIVA

Entendendo que o processo participativo é fundamental para ajudar na construção mais sólida e realista dos direcionadores institucionais do planejamento estratégico, a Administração aprovou o conteúdo de duas pesquisas aplicadas ao público interno e ao público externo, cujos objetivos foram levantar informações imprescindíveis para uma reorganização da estratégia institucional.

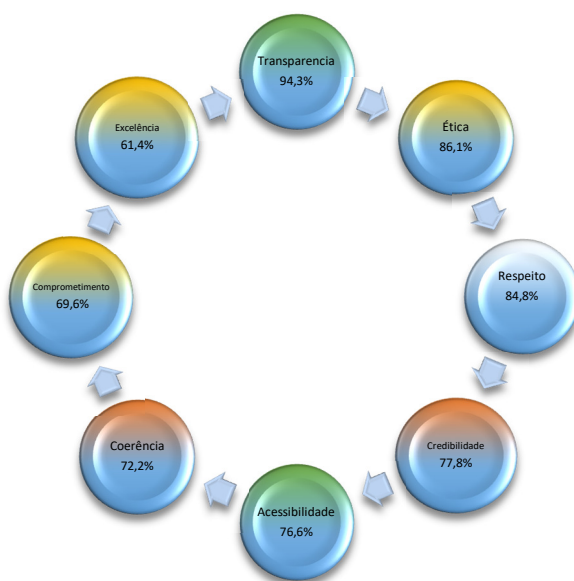
Em relação à pesquisa interna disponibilizada aos magistrados, aos servidores ativos e inativos, aos colaboradores e aos estagiários, no período de 16 de abril até 07 de maio de 2021, tivemos como principais objetivos saber sobre a manutenção ou não da Missão e da Visão e quais os valores que mais representam a Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Além disso, a pesquisa interna proporcionou o levantamento de importantes informações para uma melhor análise de cenários a partir da indicação de pontos fortes e fracos, e sobre a percepção dos respondentes sobre ameaças e oportunidades para a Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul nos próximos anos.

A pesquisa interna obteve 158 respostas e apresentou como principais resultados as seguintes informações:

1) a Missão e a Visão deste Tribunal foram mantidas com 94,3% e 91,1%, respectivamente;

2) oito valores foram definidos, sendo importante destacar que 94,3% concordam que o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul cumpre o seu papel com transparência. Além disso, 86,1% também concordam que este Regional tem cumprido o seu papel com Ética.



A pesquisa externa também foi muito importante e contou com a participação de 95 respondentes. O principal objetivo foi avaliar a percepção do público externo em relação aos seguintes temas:

- 1) atendimento ao cidadão;
- 2) serviços prestados ou disponibilizados;
- 3) credibilidade nas eleições, na prestação jurisdicional e na comunicação institucional;
- 4) transparência nas eleições, na prestação jurisdicional e na comunicação institucional;
- 5) eficiência nas eleições, na prestação jurisdicional e na comunicação institucional;

O resultado da pesquisa externa revelou que a comunidade avaliou todos os nove quesitos atribuindo uma taxa de satisfação muito positiva acima dos 80%, o que sem dúvida nenhuma é um grande resultado e, com certeza, fruto do excelente trabalho desenvolvido pela grande equipe da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

ANÁLISE DE AMBIENTE

Como etapa relevante da elaboração do planejamento estratégico 2021-2026, foi realizada uma pesquisa junto ao público interno para avaliar o grau de percepção em relação a questões que se relacionam com o ambiente externo (oportunidades e ameaças) e com o ambiente interno (pontos fortes e fracos). São informações muito valiosas na medida em que podem auxiliar no direcionamento das propostas de ações ou iniciativas estratégicas.

Como resultado do processo de levantamento de informações e análise de conteúdo, podemos afirmar que os aspectos fortes observados no ambiente interno são, na maioria das vezes, resultados das estratégias de atuação já implementadas por esta Justiça Eleitoral.

A comprovação pode ser atestada com os altos índices de avaliação para os itens infraestrutura, prestação jurisdicional e eficiência. Isso porque reflete o resultado do intenso investimento ao longo dos últimos anos para propiciar melhores condições de trabalho para todos os servidores e colaboradores, o que sem dúvida impacta positivamente nos processos de celeridade e eficiência.

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Infraestrutura	138	20
Celeridade na prestação jurisdicional	134	24
Eficiência	134	24
Acessibilidade	113	45
Política de capacitação	104	54
Transparência nas informações	97	61
Sustentabilidade	94	64
Processo de Trabalhos definidos	80	78
Inovação	78	80
Gestão Participativa	71	87
Processo de Comunicação	62	96

Como resultado de pontos a melhorar, a Administração buscará ao longo dos próximos anos uma melhor definição dos processos de trabalhos nas unidades e também tentará estabelecer mecanismos para permitir uma maior participação na gestão. Além disso, o investimento constante em inovação e a melhoria nos processos de comunicação serão objetivos a serem seguidos.

Já o ambiente externo não está sob o controle direto da organização, porém deve ser conhecido e monitorado para que as oportunidades possam ser aproveitadas e as ameaças enfrentadas. Nesse sentido a tabela abaixo ajuda a identificar pontos importantes a serem observados.

	Ameaças	Oportunidades
Nível de consciências política da sociedade	117	41
Credibilidade da Justiça Eleitoral perante a sociedade	53	105
Bom nível de satisfação da sociedade com a qualidade dos serviços prestados pelo TRE-MS	18	140
Descrédito da sociedade em relação aos políticos e às instituições políticas (associação de imagem)	136	22
Crescente demanda da sociedade pelos serviços eleitorais	18	140
Reforma administrativa	111	47
Divulgação da segurança do processo eleitoral	18	140
Dotações orçamentárias com tendências restritivas	117	41
Maior aproximação com o eleitor e a sociedade, fortalecendo a imagem da Justiça Eleitoral	11	147
Implementação de modernas ferramentas de gestão	14	144
Desinformações relacionadas à segurança do processo eleitoral	130	28

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

MISSÃO

GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL E O LIVRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTAR E SER VOTADO, A FIM DE FORTALECER A DEMOCRACIA.

VISÃO

CONSOLIDAR A CREDIBILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL, ESPECIALMENTE QUANTO À EFETIVIDADE, TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA, PROMOVENDO A CIDADANIA COM RESPONSABILIDADE SOCIAL.

VALORES

- 1) Transparência;
- 2) Ética;
- 3) Respeito ao Público interno e externo;
- 4) Credibilidade;
- 5) Acessibilidade;
- 6) Coerência e Responsabilidade nas Decisões;
- 7) Comprometimento e
- 8) Excelência.

MACRODESAFIOS NACIONAIS

Garantia dos Direitos Fundamentais: refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade: refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional: tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais: conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Promoção da Sustentabilidade: aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária: formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma

colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas: refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira: refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados: programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

MACRODESAFIO ESPECÍFICO

Fortalecimento do Processo Eleitoral: está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

TRE/MS – MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026

MISSÃO: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO: Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, promovendo a cidadania com responsabilidade social.

VALORES INSTITUCIONAIS

- Transparência.
- Ética.
- Respeito ao Público Interno e Externo.
- Credibilidade.
- Acessibilidade.
- Coerência e Responsabilidade nas Decisões.
- Comprometimento.
- Excelência.

Sociedade

Garantia dos
Direitos
Fundamentais

Fortalecimento
da Relação
Institucional do
Poder
Judiciário com
a Sociedade

Processos Internos

Agilidade e
Produtividade na
Prestação
Jurisdicional

Enfrentamento à
Corrupção, à
Improbidade,
Administrativa e aos
Ilícitos Eleitorais

Promoção da
Sustentabilidade

Fortalecimento do
Processo Eleitoral

Aperfeiçoamento da
Gestão Administrativa
e da Governança
Judiciária

Aprendizado e Crescimento

Aperfeiçoamento
da Gestão de
Pessoas

Aperfeiçoamento
da Gestão
Orçamentária e
Financeira

Fortalecimento
da Estratégia
Nacional de TIC e
de Proteção de
Dados

MACRODESAFIOS E INDICADORES

Garantia dos Direitos Fundamentais

- 1) Índice de Acesso à Justiça
- 2) Índice de Crescimento de Pessoas Beneficiadas pelas Ações/Projetos de Cidadania
- 3) Índice de Locais de Votação Adequados a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

- 4) Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário
- 5) Índice de Transparência

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

- 6) Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais
- 7) Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais
- 8) Índice de Atendimento à Demanda

Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

- 9) Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais
- 10) Tempo Médio de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares

Promoção da Sustentabilidade

- 11) Índice de Desempenho de Sustentabilidade

Fortalecimento do Processo Eleitoral

12) Planejamento Integrado de Eleições

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

13) Índice de Desempenho do Órgão no Prêmio CNJ de Qualidade, nos Eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"

14) Índice de Maturidade em Governança Pública - iGG (TCU)

15) Índice de Cumprimento das Recomendações da Auditoria Interna

16) Índice de Maturidade em Gestão Estratégica

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

17) Índice de Satisfação com o Clima Organizacional

18) Índice de Capacitação de Servidores

19) Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho

20) Índice de Absenteísmo-Doença

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

21) Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias

22) Índice de Execução das Dotações para Projetos

23) Índice de Utilização do Limite de Pagamento

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

24) IGovTIC-JUD

INDICADORES E METAS

1) Índice de Acesso à Justiça

Macrodesafio	GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS					
Indicador	Índice de Acesso à Justiça					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	0,76	0,77	0,78	0,79	0,80	0,81
Situação Inicial	0,760 em 2019 (Fonte CNJ)					

2) Índice de Crescimento de Pessoas Beneficiadas pelas Ações/ Projetos de Cidadania

Macrodesafio	GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS					
Indicador	Índice de Crescimento de Pessoas Beneficiadas pelas Ações/ Projetos de Cidadania					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	2.000	2.500	3.000	3.500	4.000	4.500
Situação Inicial	6.948 (última medição feita em 2020)					

3) Índice de Locais de Votação Adequados a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

Macrodesafio	Garantia dos Direitos Fundamentais					
Indicador	Índice de Locais de Votação Adequados a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	75%	75%	80%	80%	85%	85%
Situação Inicial	75%					

4) Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário

Macrodesafio	FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE					
Indicador	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	-	-
Situação Inicial	Será medido pelo CNJ, em parceria com os Regionais, no início e no final do ciclo					

5) Índice de Transparência

Macrodesafio	FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE					
Indicador	Índice de Transparência					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	95%	96%	97%	98%	99%	100%
Situação Inicial	No exercício de 2020 apuramos o percentual de 94,74% e em 2019, alcançamos 93,44% no Ranking da Transparência					

6) Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais

Macrodesafio	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Indicador	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	<=0,49%	<=0,75%	<= 1%	<=1,49%	<= 1,75%	<=2%
Situação Inicial	Não era medido anteriormente					

7) Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais

Macrodesafio	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Indicador	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	<=0,49%	<=0,75%	<= 1%	<=1,49%	<=1,75%	<=2%
Situação Inicial	49% (CRE) e 45% (CRIP)					

8) Índice de Atendimento à Demanda

Macrodesafio	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Indicador	Índice de Atendimento à Demanda					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	>=100%	>=101%	>=102%	>=103%	>=104%	>=105%
Situação Inicial	Ainda não computado pelo sistema Atena					

9) Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais

Macrodesafio	ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS					
Indicador	Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	1,5	1,4	1,3	1,25	1,2	1
Situação Inicial	Não era medido em 2020					

10) Tempo Médio de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares

Macrodesafio	ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS					
Indicador	Tempo Médio de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Situação Inicial	Não era medido anteriormente					

11) Índice de Desempenho de Sustentabilidade

Macrodesafio	PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE					
Indicador	Índice de Desempenho de Sustentabilidade					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	48%	53%	56%	59%	63%	66%
Situação Inicial	41%					

12) Planejamento Integrado de Eleições

Macrodesafio	FORTALECIMENTO DO PROCESSO ELEITORAL					
Indicador	Planejamento Integrado de Eleições					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Sim	-	Sim	-	Sim	-
Situação Inicial	O TRE/MS possui Plano Integrado de Eleições 2020 formalizado em sistema SEI					

13) Índice de Desempenho do Órgão no Prêmio CNJ de Qualidade, nos Eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA					
Indicador	Índice de Desempenho do Órgão no Prêmio CNJ de Qualidade, nos Eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	85%	86%	87%	88%	90%	91%
Situação Inicial	Em 2020 apuramos o percentual de 80% (160 pontos de 200 possíveis) no eixo Governança e 86% no eixo Dados e Tecnologia (405 pontos de 470 possíveis), apurando-se percentual médio de 84,32% para o exercício					

14) Índice de Maturidade em Governança Pública – IGG(TCU)

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA					
Indicador	Índice de Maturidade em Governança Pública - iGG (TCU)					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	55%	60%	65%	70%	75%	80%
Situação Inicial	Nos dois últimos levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas da União apuramos o percentual de 47%, em 2018 e de 34%, em 2017.					

15) Índice de Cumprimento das Recomendações da Auditoria Interna

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA					
Indicador	Índice de Cumprimento das Recomendações da Auditoria Interna					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	60%	65%	70%	75%	77%	80%
Situação Inicial	Não era medido anteriormente					

16) Índice de Maturidade em Gestão Estratégica

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA					
Indicador	Índice de Maturidade em Gestão Estratégica					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	>=80%	>=80%	>=80%	>=80%	>=80%	>=80%
Situação Inicial	Não era medido anteriormente					

17) Índice de Satisfação com o Clima Organizacional

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS					
Indicador	Índice de Satisfação com o Clima Organizacional					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	70%	-	75%	-	80%	
Situação Inicial	65,24% (Biênio 2018/2019)					

18) Índice de Capacitação de Servidores

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS					
Indicador	Índice de Capacitação de Servidores					
Metas	2021	2022*	2023	2024*	2025	2026*
	85%	85%	90%	90%	95%	95%
Situação Inicial	82%					

*em ano eleitoral só conseguimos capacitar até o meio do ano

19) Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS					
Indicador	Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	68%	69%	71%	72%	73%	75%
Situação Inicial	65,90% (Ano Base 2020)					

20) Índice de Absenteísmo-Doença (IAb-d)

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS					
Indicador	Índice de Absenteísmo-Doença (IAb-d)					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Manter abaixo de 2,5%	Manter abaixo de 2,5%	Manter abaixo de 2,5%	Manter abaixo de 2,5%	Manter abaixo de 2,5%	Manter abaixo de 2,5%
Situação Inicial	2,5 % (Ano Base 2020)					

21) Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
Indicador	Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	>=99,5%	>=99,5%	>=99,5%	>=99,5%	>=99,5%	>=99,5%
Situação Inicial	100% (Ano Base 2020)					

22) Indicador - Índice de Execução para Dotações para Projetos

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
Indicador	Índice de Execução das Dotações para Projetos					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Situação Inicial	100% (Ano Base 2020)					

23) Indicador - Índice de Utilização do Limite de Pagamento

Macrodesafio	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
Indicador	Índice de Utilização do Limite de Pagamento					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	>=86%	>=87%	>=88%	>=89%	>=90%	>=91%
Situação Inicial	85,2% (Ano Base 2020)					

24) Indicador – IgovTIC-JUD

Macrodesafio	FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS					
Indicador	iGovTIC-JUD					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	0,90	0,91	0,92	0,93	0,94	0,95
Situação Inicial	0,89					

CADEIA DE VALOR



CADEIA DE VALOR

